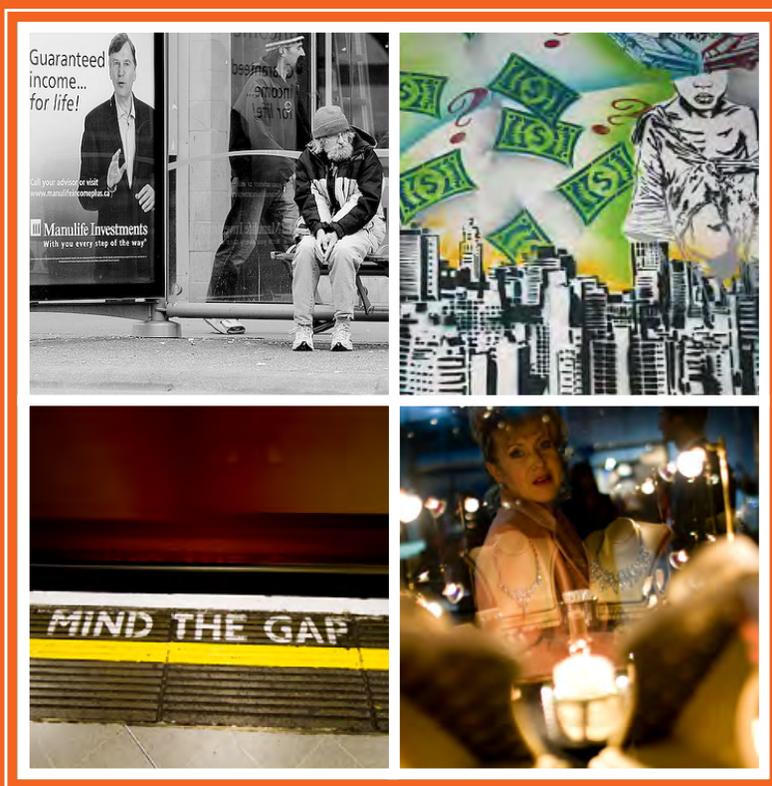


RIQUEZA, DESIGUALDADE E POLARIZAÇÃO SOCIAL NA UE



Explicativo EAPN #3



EUROPEAN ANTI POVERTY NETWORK

RIQUEZA, DESIGUALDADE E POLARIZAÇÃO SOCIAL NA UE

Explicativo EAPN #3



Esta publicação conta com o apoio do Programa Comunitário para o Emprego e a Solidariedade Social (PROGRESS, 2007-2013).

Este programa é gerido pela Direção Geral da EMPL da Comissão Europeia. Foi estabelecido com o propósito de apoiar financeiramente a implementação dos objetivos da União Europeia no domínio do emprego e dos assuntos sociais, conforme foi definido na Agenda Social, contribuindo assim para a realização das metas previstas neste domínio pela Estratégia de Lisboa.

O programa, com uma duração de sete anos, é direcionado a todas as partes interessadas com capacidade de ajudar no desenvolvimento de legislação e de políticas adequadas e eficazes, seja nos 27 Estados-Membros, na EFTA/EEE, ou em países candidatos e pré-candidatos.

A missão do PROGRESS consiste em reforçar o contributo da UE no sentido de apoiar o compromisso dos Estados Membros. O PROGRESS terá um papel central em:

- *Contribuir com análises e conselhos sobre as políticas que devem ser adotadas nas áreas abrangidas pelo programa;*
- *Monitorizar e fornecer informações sobre a implementação de políticas e de legislação nas áreas abrangidas pelo programa;*
- *Promover a partilha de políticas, de conhecimento e de apoio entre Estados-membros no que toca aos objetivos e às prioridades da UE, e*
- *Difundir as opiniões das partes interessadas e da sociedade em geral.*

Para mais informações, por favor consulte: <http://ec.europa.eu/progress>

A informação contida nesta publicação não reflete necessariamente a posição e/ou opinião da Comissão Europeia.

Este é a terceira de uma série de brochuras publicadas pela EAPN, designadas Explicativos, que se propõem clarificar questões chave, que são prioridades no discurso europeu sobre pobreza, numa linguagem simples e acessível. Destinam-se essencialmente a profissionais que trabalham em organizações da sociedade civil, mas também a qualquer pessoa que esteja interessada e envolvida no combate à pobreza e à exclusão social na UE.

Fotos:

Capa: Guaranteed income...for life! © Alex Firmani, Vancouver, Canadá, 10/2006; A força da grana que ergue e destrói coisas belas © Sergio-Aires, 04/2008; Mind The Gap © Emanuel Batalha, 12/08/2007; The Day © Donald Weber/VII Network, 26 de Março de 2010; Página 4: Contrast between Rich and Poor © Eddie Chan, Toronto, Ontario, Canadá, 19 de Julho de 2010; Capa do "Financial Times" How To Spend It?, 10/2008; Christmas in Paris © Catriona67,23/12/2010; Página 6: Brussel Terras © Jean van Courtois, Brandpunt 23; Publicidade para a Feira dos Milionários em Amsterdão 2010 © GMG Millionaire B.V. ; Faceless Masses © J Matty, Paris, 12/03/2008; Página 12: The Day © Donald Weber/VII Network, 26 de Março de 2010; Página 14: London Gated Community © Manuel.A.69, 12/09/2010; Página 16: Feast For Russian Billionaires © Feira dos Milionários em Moscovo; Página 18: Please Enjoy Poverty © Rebecca Lee, Tram 66; Página 19: Eu e o outro © Sergio-Aires, 07/2008; Página 21: A força da grana que ergue e destrói coisas belas © Sergio-Aires, 04/2008; Página 22: G20 Protestor © Louise Whittle, Photographer Laureate, exposição European Women's Lobby: 'My World: Visions of Feminism in the 21st Century' (2010). Página 23: Andrew Carnegie, The Gospel of Wealth, 1889. Página 25: © Oolaah, Cartoon sobre o Mercado de ações imobiliárias, 2011, no artigo "Wealth Inequality destroys US ideals", 13/08/2009. Página 27: The Rich Get Richer © blogue The Titanic Sails at Dawn, 02/04/2011. Página 29: Sharing (Partilhar) © Megan Russell, 26/09/2007. Página 30: Fotografia retirada do artigo "A Jurisprudence of Artilects: Blueprint for a Synthetic Citizen, Version 1.1", no parágrafo "Social Cohesion and Division", site da Lifeboat Foundation. Página 31: 2010 Human Ring against Poverty © Christiaan Oyen, fotógrafo socialTram66, 19/11/2010. Página 33: quadro de Friedensreich Hunderwasser, Imagine Tomorrow's World, 1998. Contracapa: Mind The Gap © Emanuel Batalha, 12/08/2007

**EUROPEAN ANTI-POVERTY NETWORK
RÉSEAU EUROPÉEN DES ASSOCIATIONS DE LUTTE
CONTRE LA PAUVRETÉ ET L'EXCLUSION SOCIALE**

SQUARE DE MEEÛS, 18 – 1050 BRUSSELS
TEL : 0032 2 226 58 50 – FAX : 0032 2 226 58 69
Email : team@eapn.eu



INTRODUÇÃO.....	7
O QUE É A RIQUEZA?	9
FACTOS E TENDÊNCIAS IMPORTANTES	15
AS DESIGUALDADES CRESCENTES E A POLARIZAÇÃO SOCIAL.....	19
UMA MELHOR DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS	25
PARTILHANDO A RIQUEZA DO MUNDO: COMO AVANÇAR ?	28
BIBLIOGRAFIA E OUTRAS INFORMAÇÕES.....	32



“Se falamos da pobreza, não nos podemos manter silenciosos acerca da riqueza”.

Ernst-Ulrich Huster, Professor de Ciência Política, Alemanha

Porquê um boletim explicativo sobre a riqueza?

De acordo com estatísticas da UE, mais de 80 milhões de pessoas¹ encontram-se em risco de pobreza na União Europeia². Segundo a nova estratégia Europa 2020, este número sobe para 120 milhões de pessoas em risco de pobreza e exclusão social³. O número de pessoas em situação de pobreza tem-se mantido constante ao longo da última década, apesar das promessas feitas pelos líderes europeus de tomar medidas decisivas para eliminar a pobreza até 2010. A nova estratégia Europa 2020 introduziu pela primeira vez uma meta concreta na luta contra a pobreza: o número de pessoas em risco de pobreza e exclusão social deverá ser reduzido em pelo menos 20 milhões até 2020⁴. Enquanto isso, o número de milionários tem crescido de forma clara, situação recentemente interrompida por

consequência da atual crise financeira. Segundo o Relatório Mundial da Riqueza 2010, três milhões de europeus possuem mais de um milhão de dólares americanos em ativos financeiros; entre estes figuram 20.700 indivíduos designados de “Ultra High Net Worth Individuals” (indivíduos com um rendimento muito alto), que controlam pelo menos 30 milhões de dólares americanos em ativos financeiros (excluindo objetos colecionáveis, consumíveis, bens duráveis e habitação principal de residência)⁵. Vários relatórios nacionais e internacionais confirmam também um crescimento da desigualdade na distribuição do rendimento; 80% da população europeia acredita que “o fosso entre os ricos e os pobres irá continuar a crescer durante os próximos vinte anos”⁶.

Estudos realizados desde o início dos anos 90 mostram o impacto negativo que o crescimento da polarização social tem tido em todas as

1. A maior fonte de dados sobre a pobreza na UE encontra-se no website do EUROSTAT <http://epp.eurostat.ec.europa.eu> e nos Relatórios Anuais Conjuntos sobre a Proteção Social e a Inclusão Social, bem como nos documentos de apoio aos mesmos, disponíveis no site da Comissão em: http://ec.europa.eu/employment_social/spsi/joint_reports_en. Estes dados derivam da Avaliação da dimensão social na Estratégia Europa 2020 (2011) efetuada pelo Comité de Proteção Social, e refletem as taxas de 2009 (que se baseiam nos dados sobre o rendimento de 2008).

2. O risco de pobreza define-se aqui como abrangendo agregados familiares cujo rendimento disponível é menos de 60% da mediana nacional de rendimento.

3. O indicador definido no Conselho Europeu de Junho abrange pessoas que se encontram abaixo do limiar de risco da pobreza, pessoas que sofrem com uma precariedade material severa e agregados familiares sem emprego.

4. Ver as conclusões do Conselho Europeu, publicadas a 17 de Junho de 2010 - www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/en/ec/115346.pdf

5. Merrill Lynch/Capgemini, World Wealth Report 2010, disponível em: <http://www.capgemini.com/resources/world-wealth-report-2010>.

6. Eurobarómetro 69, opinião pública na União Europeia, primavera de 2008.

sociedades, impacto este que inclui um aumento geral de problemas sociais e de saúde, um crescimento das tensões sociais e um decréscimo social da coesão e do bem-estar social⁷. Os efeitos nocivos do crescimento do fosso entre os ricos e os pobres foram também realçados inúmeras vezes pelos delegados dos Encontros Europeus de pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social, que têm vindo a notar que “a questão da distribuição equitativa dos recursos desempenha um papel secundário na agenda política.”⁸.

Apesar de, durante esta última crise financeira e económica, se ter assistido a sinais de um aumento da consciência sobre o impacto negativo da crescente polarização social, confirmado por estudos, continua a faltar um debate sério acerca do assunto. Até agora, nenhum país tem respondido à crise adotando medidas sérias e eficazes para reduzir a desigualdade de riqueza e rendimento. Antes pelo contrário: as medidas de recuperação económica atualmente adotadas irão provavelmente aumentar ainda mais o fosso entre ricos e pobres. Durante a edição de 2011 do Fórum Económico Mundial de Davos, muitos conferencistas influentes chamaram a atenção para a desigualdade da riqueza, “o desafio mais sério que o mundo enfrenta atualmente” segundo Min Zhu, vice-diretor do FMI e antigo executivo do Banco Popular da China.

Durante o fórum houve também numerosas menções à desigualdade como sendo uma das causas fundamentais da crise financeira e da recessão subsequente. “As pessoas com alto nível de riqueza investem em ativos financeiros, criando assim bolhas de ativos” são as palavras de Sir Martin Sorrell, chief executive dos media WPP. “A ideia é que uma divisão

mais equilibrada da riqueza traduzir-se-ia em mais dinheiro a ser reciclado de volta para a economia através do consumo, ajudando as empresas através de uma procura estável”⁹.

É impossível lutar eficazmente contra a pobreza e a exclusão social sem abordar as desigualdades existentes e a necessidade de uma melhor redistribuição da riqueza a nível mundial.

Os conteúdos deste Explicativo

O propósito deste explicativo é fornecer um ponto de partida, dando um panorama geral das discussões atuais, bem como dos dados e da investigação disponíveis sobre a riqueza. Pretende fornecer informações de fundo, a fim de promover um debate mais alargado sobre os papéis da riqueza, da desigualdade e da polarização social, do impacto desses fatores na pobreza e na sua prevenção e erradicação, e da necessidade de uma melhor distribuição da riqueza.

Como tal, é um suplemento ao Explicativo no.1, sobre a pobreza, que coloca o seu enfoque principalmente nas causas, nas características e nas consequências da pobreza, bem como na ligação entre a pobreza e a desigualdade. Tal como é o caso da maioria das publicações da EAPN, este manual debruçar-se-á principalmente sobre a situação europeia, não deixando por isso de ter em conta, e de fornecer um breve panorama, da dimensão global da questão. Este explicativo foi elaborado, entre 2009 e 2010, por Michaela Moser, para a EAPN Áustria, tendo sido desenvolvido em conjunto com o grupo de trabalho sobre a Inclusão Social da EAPN e com Sian Jones, do secretariado da EAPN.

7. Richard Wilkinson and Kate Pickett compilaram e publicaram muito material, incluindo provas convincentes, acerca disto na sua obra “The Spirit Level,” Londres: Penguin 2009.

8. Relatório da Conferência do 6º Encontro Europeu de Pessoas em Situação de Pobreza e Exclusão Social, pág.10.

9. Artigo escrito por Philip Aldrick, na edição de 26 de Janeiro de 2011 do “Daily Telegraph” www.telegraph.co.uk

O QUE É A RIQUEZA?

“De todas as classes, os ricos são a classe mais mencionada e a menos estudada”.

John Kenneth Galbraith, economista americano (1908-2006).

Como definir a riqueza

As perguntas “o que é a riqueza?” e “quem são os ricos?” podem parecer simples, mas na verdade não são fáceis de responder. Ainda nos encontramos no início da investigação e do debate público sobre a riqueza não existindo ainda um consenso sobre os conceitos, indicadores e definições.

O rendimento e os ativos, a riqueza absoluta e a riqueza relativa

Uma das maiores divisões nesta matéria surge entre os investigadores que utilizam definições relativas de riqueza e aqueles que propõem definições absolutas; uns definem a riqueza como um valor que deve ser calculado em função do nível médio de rendimento e de ativos; enquanto os outros definem os ricos como detentores de um número fixo de ativos financeiros.

Outra questão que se coloca é até que ponto o rendimento deve ser tido em conta nos estudos sobre a riqueza juntamente com os ativos, ou se o rendimento e os ativos devem ser considerados categorias separadas nas estatísticas.

As diferentes categorias de ativos

Nas comparações dos dados disponíveis acerca da riqueza, é importante distinguir e definir várias categorias de ativos:¹⁰

- *Ativos financeiros*: Contas de operações e de poupança, swaps de risco de incumprimento, obrigações, ações, fundos de investimento, seguros de vida, fundos de pensão e outros ativos financeiros;
- *Ativos não-financeiros*: Residência principal, investimentos imobiliários, capitais próprios, veículos, bens duráveis e colecionáveis, outros ativos não-financeiros;
- *Passivos*: Empréstimos garantidos (Hipotecas da residência principal, outras hipotecas imobiliárias e outros empréstimos garantidos; linhas de crédito inclusive), empréstimos relativos a veículos, bolsas de estudo, outros empréstimos de instituições financeiras e as dívidas informais;
- *Ativo líquido*: Os ativos financeiros e não-financeiros, sendo subtraídas as dívidas.

Os autores do Relatório Alemão sobre Riqueza usam uma **definição relativa**, considerando “ricos” aqueles que têm ao

seu dispor 200% ou mais do rendimento mediano e o triplo da média de propriedade e ativos brutos.

10. Esta categorização deriva do Luxembourg Wealth Study (LWS).

O “Relatório Mundial sobre Riqueza”, publicado anualmente pelas agências de investimento Merrill Lynch e Capgemini, utiliza uma **definição absoluta**. A categoria de High Net Worth Individuals (HNWIs) abrange aqueles cujos ativos financeiros (sem contar com a casa) ultrapassam o valor de um milhão de dólares americanos; a nível mundial, esta categoria inclui cerca de dez milhões de pessoas. Este relatório inclui também uma segunda categoria de Ultra-HNWIs abrangendo aqueles que possuem ativos financeiros no valor de trinta milhões de dólares americanos ou mais (este cálculo exclui colecionáveis, consumíveis, bens duradouros e a residência principal). O “Relatório Mundial sobre Riqueza” da Credit Suisse utiliza uma definição menos restrita: todos aqueles cujo valor líquido excede um milhão de dólares

americanos são classificados como ricos. De acordo com esta definição, a Credit Suisse estima que em meados de 2010 existiam cerca de 24,2 milhões de pessoas que preenchem os requisitos, o que se traduz em cerca de 0,5% da população adulta mundial. Juntos, controlam 69,3 bilhões de dólares americanos sob a forma de ativos, ou seja, mais de um terço do total a nível global. Cerca de 41% vivem nos EUA, 10% no Japão e 3% na China.

O jornalista Robert Frank do “Wall Street Journal” fornece outra definição absoluta, tendo-se focado em escrever sobre os Novos Ricos nos EUA. De acordo com Frank, podemos definir **três categorias distintas de indivíduos ricos**:

	Valor líquido do agregado familiar	Valor da residência principal
Indivíduos de riqueza menor	\$1 a 10 milhões USD	\$ 810.000 USD
Indivíduos de riqueza média	\$10 a 100 milhões USD	\$3,8 milhões USD
Indivíduos de riqueza maior	\$100 milhões a 1 bilhão USD	\$16,2 milhões USD

Como imaginar um bilhão de euros

Três exemplos de cálculo

No início da década de 90, George Soros conseguiu, numa só semana, obter quase um bilhão de euros através da especulação financeira. Para ajudar as pessoas a entender de quanto dinheiro se estava a falar, a economista suíça Marta Madörin dividiu esta soma em terços de cerca de 300 milhões cada e forneceu os três exemplos de cálculo seguintes:

Setenta anos de compras a tempo inteiro

Para gastar 300 milhões de euros em compras, seria preciso gastar 14.400 euros por dia (50 cêntimos por segundo), cinco dias por semana, por setenta anos (com cinco semanas de “férias das compras” por ano).

Ganhar o primeiro salário em 20.000 a.C.

Se um empregado de uma ONG com um salário digno segundo os padrões suíços – tal como a economista – quisesse ganhar 300 milhões através do seu trabalho, teria de começar a trabalhar 20.000 anos antes de Cristo para chegar à soma em 2011.

Financiamento para uma ONG por 2500 anos

Com 300 milhões de euros, uma ONG típica, tal como aquela em que Madörin trabalha (uma rede independente que monitoriza o sistema financeiro suíço, composta por cerca de três a cinco membros) podia ter começado a funcionar no ano do nascimento de Jesus e ainda teria o seu financiamento assegurado para os próximos 500 anos.

Fonte: Mascha Madörin (1997), “Schuldenkrise und Frauenalltag”, in: “Vergib uns unsere Schulden”, Viena, pág. 19-27.

Mas Robert Frank e outros peritos concordam que, mesmo quando se opta por uma definição absoluta, as pessoas avaliam a riqueza em função de outros, possuidores de mais ou menos rendimento e/ou ativos. Esta noção depende muito de **interpretações sociais e valores culturais**.

Em muitos países, pessoas com um nível elevado de riqueza negariam ser “ricos”, afirmando que só estão “comparativamente bem”, enquanto que pessoas que já passaram pela situação de pobreza poderão sentir ricas a partir do momento em que ganham o acesso a um bom emprego com um salário digno, a habitação de qualidade e a melhores oportunidades de educação para os seus filhos.

Por isso, desenvolver conceitos e definições sobre riqueza é tão importante como reunir dados acerca da mesma, especialmente para quem está a tentar construir um guia de referência das definições e dados existentes sobre a pobreza.

Falta de dados fidedignos

Não existindo normalmente acesso a relatórios fiscais completos, a informação sobre a riqueza dos agregados familiares deriva principalmente de resultados de inquéritos que lhes são aplicados.

A maioria dos inquéritos sobre a riqueza tem em conta¹¹:

- *Dados sobre riqueza e rendimento divididos por categoria (diferentes tipos de ativos concretos e financeiros, diferentes tipos de rendimento);*
- *Características socioeconómicas dos agregados familiares (número de pessoas, instrução, ocupação, habitação...);*
- *Atitudes dos entrevistados (grau de aversão ao risco);*
- *Informações sobre os comportamentos dos entrevistados (uso ou não de fontes de informação na tomada de decisões financeiras).*

À procura dos indicadores

Peritos sobre a riqueza, tais como o investigador austríaco Martin Schürz, estão a debruçar-se sobre a questão de como definir a riqueza absoluta ou relativa, uma vez que é obviamente mais fácil medir a falta de algo do que o excesso. Podemos, por exemplo, utilizar certos indicadores para definir a falta de habitação condigna, como a presença de infiltrações ou de janelas que deixam entrar chuva. Mas é difícil imaginar indicadores correspondentes para definir um excesso de boa habitação. Complementos aparentemente desnecessários, como por exemplo acessórios de ouro, poderão ser vistos como excessivos, ou será que estes deverão ser analisados em função do aumento inerente de estatuto social? É necessário criar uma base teórica sólida que sustente os indicadores, de forma a reduzir a arbitrariedade atualmente presente nos dados sobre a riqueza e assegurar que as dimensões extra-monetárias da riqueza (tais como a educação, as redes sociais, etc.) não sejam ignoradas. Tal como acontece com os indicadores de pobreza, também nos indicadores de riqueza é preciso ter em conta o conceito das capacidades humanas quando se analisa os dados referentes ao rendimento e aos ativos (ver “A abordagem das capacidades”, pág.27).

11. Fontes: Davies/Shorrocks (2000), OCDE (2008).



O interesse pelo estudo da riqueza tem aumentado ao longo dos últimos anos – hoje, os estudos sobre a distribuição e a composição da riqueza são vistos como um campo de pesquisa em ascensão. Mas mesmo assim, os dados comparativos e fiáveis continuam a ser escassos. Houve um aumento tanto na quantidade como na qualidade de dados acerca do rendimento (o que se deve em grande medida à introdução do EU-SILC e a projetos de investigação internacionais como o Luxembourg Income Study – LIS, que dão uma ideia do ranking de desigualdade de rendimento nos países da OCDE), mas a quantidade de informação comparável sobre a riqueza ainda é muito menor.

Devido a esta situação, investigadores e instituições de vários países decidiram colaborar na criação de uma base de dados capaz de agregar os micro-dados existentes sobre a riqueza dos agregados familiares, aquando da 27ª Conferência Geral da Associação Internacional de Investigação em Rendimento e Riqueza. Os resultados deste projeto foram publicados em 2007 sob o título de “Luxembourg Wealth Study” (LWS). Mas mesmo com um projeto de pesquisa abrangente e ambicioso como o LWS existem muitas lacunas e erros, pelo que todos os dados disponíveis têm de ser cuidadosamente interpretados. Neste domínio destaque-se também o estudo Household Finance and Consumption Survey do BCE¹², cujos primeiros resultados¹³ se publicaram em 2013¹⁴.

12. Ver: www.ecb.int/home/html/researcher_hfccn.en.html e www.hfcs.at.

13. Relatório disponível em <http://www.ecb.europa.eu/pub/pdf/other/ecbsp2en.pdf?53288960625588e88e973b611451d64b>.

14. É muito difícil efetuar uma comparação de dados válida a nível internacional, uma vez que os métodos de agregação de dados variam de país para país - alguns usam informação de registos administrativos, como por exemplo registos dos impostos sobre a riqueza, enquanto que outros se limitam a fornecer dados de inquéritos a agregados familiares. Entre as outras diferenças destacam-se a criação da amostra, a avaliação, a edição dos dados, as definições de riqueza e as unidades de pesquisa, entre outros.

O Luxembourg Wealth Study (LWS) ¹⁵

A publicação oficial do LWS ocorreu em março de 2004, tendo este sido apresentado como um projeto conjunto das delegações do Luxembourg Income Studies (LIS) e instituições no Canadá, no Chipre, na Finlândia, na Alemanha, na Itália, na Noruega, na Suécia, no Reino Unido e nos Estados Unidos. Em 2006, a Áustria juntou-se a esta lista de países. O principal objetivo do projeto é juntar e organizar os dados existentes acerca da riqueza dos agregados familiares, criando assim uma base de dados coerente que possa servir como ponto de partida para estudos comparativos entre o valor líquido dos agregados familiares (ativos financeiros e não-financeiros) e a distribuição da riqueza.

Quase duas décadas antes, assistiu-se à criação do Luxembourg Income Study (LIS), que avalia os países da OCDE no que toca à desigualdade de rendimento. Segundo os resultados do LIS, no início do século XXI a **desigualdade de rendimento** encontrava-se **menos acentuada nos países nórdicos**, seguidos pelos países do Benelux, França, Alemanha e outros países da Europa central e do leste, à frente da maioria dos países anglo-saxónicos e da Europa do Leste. Os maiores índices de desigualdade encontravam-se na Rússia, no México, na Estónia e nos Estados Unidos.

Seguem-se alguns dos primeiros dados apurados pelo LWS:

- Em quase todos os países abrangidos pelo LWS, mais de 80% dos agregados familiares possuem algum tipo de ativo financeiro, normalmente contas bancária. As ações gozam de mais popularidade na Finlândia e na Suécia.

- Em todos os países, excluindo a Alemanha e a Suécia, mais de 60% dos agregados familiares são proprietários da sua residência principal. A compra de uma segunda habitação é mais popular na Finlândia e na Noruega. A contração

de dívidas varia substancialmente: contando somente as dívidas relativas à habitação, as percentagens variam entre 22% dos agregados familiares na Itália e 80% na Noruega, de 10% em Itália até 46% nos Estados Unidos.

- O posicionamento dos países varia, sendo diferente se o avaliamos pelo valor líquido ou pelo rendimento. Os EUA ocupam a primeira posição em termos de riqueza, seguidos pelo Canadá e pelo Reino Unido, a que se seguem a Alemanha, a Suécia e, finalmente, a Finlândia e a Itália.

- A mediana de riqueza por idade mostra que os jovens têm menos riqueza, os indivíduos de meia-idade mais, e os de idades mais avançadas têm menos do que os de meia-idade mas mais do que os jovens.

- A maior taxa de desigualdade de riqueza (avaliada pelo valor líquido dos agregados familiares) pertence à Suécia, seguida pelos EUA, pela Alemanha e pelo Canadá. A posição de topo da Suécia explica-se parcialmente pela alta percentagem de agregados familiares suecos que exibem o valor 0 ou valores negativos. Se tivermos em conta somente o valor líquido das percentagens de topo da população, os EUA conquistam a primeira posição. O 1% mais rico dos agregados familiares americanos controla 33% da riqueza total do país.

- Existe uma correlação forte, mas não total, entre o valor líquido e o rendimento disponível.

As desigualdades de riqueza nos países da UE

Os dados disponíveis¹⁶, retirados de várias fontes, salientam que em toda a Europa existe uma desigualdade na distribuição da riqueza e uma forte concentração da mesma. Os 10% mais ricos detêm entre 42% (Itália) e 58% (Suécia) da riqueza, e o 1% mais rico detém entre 11% (Itália) e 18% (Suécia) da mesma.

	Finlândia	Alemanha	Itália	Suécia	RU
10% mais ricos	45%	54%	42%	58%	45%
5% mais ricos	31%	36%	29%	41%	30%
1% mais rico	13%	14%	11%	18%	10%

15. "How is Household Wealth Distributed? Evidence from the Luxembourg Wealth Study", in: OCDE (2008): "Growing Unequal? Income Distribution and Poverty in OECD Countries", Capítulo 10.

16. Os dados da Áustria referem-se somente à riqueza financeira.

A riqueza clandestina

Entre os maiores problemas dos estudos sobre a riqueza dos agregados familiares está a tendência, entre as pessoas mais ricas, de não revelar a sua verdadeira situação. A participação em questionários para agregados familiares é voluntária, e os estudos existentes tendem a ser tendenciosos a favor da classe média.

A participação de agregados familiares ricos neste tipo de questionários não deve ser vista como acidental – é diretamente influenciada pelo nível de rendimento e ativos ao dispor de um agregado familiar. São necessárias informações complementares, derivadas de documentos fiscais, ou se necessário calculadas através das zonas de residência e do consumo de energia. A abolição de muitos impostos relacionados

com a riqueza leva não só a um decréscimo da receita fiscal mas também reduz ainda mais as informações disponíveis sobre a desigualdade na distribuição da riqueza.

A riqueza continua a ser uma questão pouco transparente. O interesse público e a cobertura mediática da riqueza e a sua incidência sobre a desigualdade são recentes. Porém, ainda mal começou um debate mais analítico sobre a distribuição da riqueza. Até mesmo nos Encontros Europeus de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social a riqueza é pouco discutida, apesar de se ter expresso uma preocupação geral sobre o fosso crescente entre os ricos e os pobres.

É necessário um investimento em estudos sobre a riqueza

Segundo os autores do LWS, ainda temos um longo caminho a percorrer no que diz respeito a conseguir dados sólidos e substanciais sobre a riqueza dos agregados familiares; mas existe também entusiasmo e esperança que esta situação melhore significativamente durante as próximas décadas. Às instituições da UE, bem como aos governos nacionais, cabe a responsabilidade de começar ou continuar a recolher dados sobre a riqueza.



FACTOS E TENDÊNCIAS IMPORTANTES

Dados sobre a riqueza dos Estados-membros da UE

Ainda antes do Luxembourg Wealth Study, alguns dos Estados-membros já tinham iniciado discussões sobre a riqueza e até tentativas de compilar dados acerca da mesma, se bem que pouquíssimos países incluíram esses dados nos seus relatórios sobre a pobreza.

Em 2001, a Alemanha começou a publicar um relatório nacional com dados não só sobre a pobreza, mas também sobre a riqueza. A Áustria também introduziu um capítulo especial com dados acerca da riqueza no seu relatório social, publicado bianualmente. Mais recentemente, foram também publicados dados sobre a riqueza e a desigualdade no Reino Unido e na Irlanda.

O Relatório Alemão sobre a Riqueza ¹⁷

Em 2001, o governo alemão publicou o primeiro relatório sobre a riqueza e a pobreza, tentando assim fornecer uma visão abrangente da situação social do país. Mas a riqueza só foi abordada em 30 das 290 páginas do relatório, e organizações e investigadores sociais criticaram a falta de enfoque analítico sobre a origem e os efeitos da riqueza.

O terceiro relatório, publicado em 2008, melhorou supostamente os métodos de análise, sendo complementado por um inquérito sobre a perceção da população alemã sobre a riqueza e os salários dos gestores; no entanto, continuam a existir poucos dados sobre a riqueza e a desigualdade.

Segundo os alemães, a definição de riqueza categoriza como ricos todos aqueles que detêm 200% do rendimento mediano. Segundo estes parâmetros, e com base em dados fornecidos em 2003, o quociente de riqueza no país é de 6,4%. Se contarmos também com os ativos financeiros, podemos verificar que 8,8% dos alemães ganham mais de 3418 euros por mês.

As organizações sociais alemãs têm vindo a salientar a necessidade de preencher as lacunas na compilação de dados, bem como a necessidade de proceder a uma análise ética sobre a (falta de) igualdade de oportunidades, sobre as possibilidades de participação e sobre os indicadores possíveis para medir uma distribuição justa da riqueza.

As interdependências entre a pobreza, a riqueza e a desigualdade raramente são mencionadas e aparecem pouco na cobertura mediática do relatório.

17. "Der 1., 2. und 3. Armuts- und Reichtumsbericht der Bundesregierung" (2001, 2005, 2008), disponível através do site do ministério: www.bmas.de. Frick, Joachim R. e Grabka, Markus M. (2009): "Gestiegene Vermögensungleichheit in Deutschland", disponível em: www.diw.de/documents/publikationen/73/93785/09-4-1.pdf

Um recente projeto de investigação levado a cabo na Alemanha sobre a distribuição da riqueza, com base em dados de 2007, demonstra que 27% da população não detém riqueza ou encontra-se até em dívida, enquanto que os 10% mais ricos possuem mais de 60%, e 1% possui 23% dos ativos totais dos agregados familiares – um valor líquido de 6,6 triliões de euros.

O estudo também destaca a forte correlação entre o rendimento e a desigualdade de riqueza.

*O Relatório Austríaco sobre a Riqueza*¹⁸

Quase desde a sua fundação que a EAPN Áustria - Die Armutskonferenz – aborda as questões relacionadas com a riqueza; a associação organizou duas conferências sobre o tema, em 1997 e em 2001. Mas as tentativas de exercer pressão sobre o governo para que este complementasse o seu relatório social com dados sobre a riqueza só obtiveram um êxito parcial. Três edições do relatório, publicadas em 2005, 2009 e 2011, dedicaram um capítulo à riqueza, para além de outros sobre a pobreza e as desigualdades no rendimento.

De acordo com os dados publicados em 2009 **os 10% mais ricos da população austríaca possuíam 54% de todos os ativos financeiros; 1% detinha 27%.**

O percentil mais rico, 0,1% detinha 8% da totalidade dos ativos financeiros, o que equivale ao total de ativos financeiros na posse dos 50% mais pobres da população.

A distribuição é ainda mais desigual no que toca aos ativos não-financeiros: os 10% mais ricos possuíam 37% (ou seja, 170 biliões de euros) das residências principais e 85% (370 biliões de euros) dos imóveis adicionais.

A concentração da riqueza é ainda maior quando se trata de capitais próprios. Apenas 3% dos agregados familiares austríacos possuem capital próprio, sendo que cerca de dez pessoas detêm 25% (o que se traduz em 4,7 biliões de euros).

Os dados disponíveis também mostram que existe uma desigualdade na distribuição das possibilidades de herança, sendo que só um terço dos agregados familiares (38%) recebe uma herança e que aqueles que terminaram o ensino superior têm possibilidades significativamente maiores de herdar.

Nas conclusões, os autores do capítulo sobre a riqueza no Relatório Social Austríaco voltam a realçar que os dados atuais ficam aquém da realidade, uma vez que só se encontram disponíveis informações limitadas.



18. Fonte: Capítulo 18, "Verteilung der Geldvermögen" in: "BMASK 2009: Sozialbericht 2007-2008", e Capítulo 14, "Aspekte der Vermögensverteilung in Österreich" in: "BMASK 2011: Sozialbericht 2010", disponível em alemão através do site do ministério social austríaco: <http://www.bmask.at>

A distribuição da riqueza na Irlanda¹⁹

Na Irlanda existe pouca informação atualizada sobre a riqueza e relatórios distintos utilizam diferentes ferramentas de cálculo. A atual crise económica tem tido um impacto sobre muita da riqueza na Irlanda, mas seria um erro pensar que eliminou os rendimentos dos seus cidadãos mais ricos.

Um estudo publicado em 2010 pelo banco Merrill Lynch mostrou que o número de pessoas com mais de um milhão de dólares americanos (816,640 euros), após ter decrescido drasticamente em 2008, subiu para quase 2000 pessoas no fim de 2009. O estudo debruçou-se sobre a riqueza de todos aqueles com mais de um milhão de dólares americanos em dinheiro e ativos, excluindo a residência principal, bem como joias, obras de arte e outros objetos de coleção. Pela primeira vez em dois anos, o número dos “super-ricos” aumentou, com 2000 novos milionários – a tendência aproxima-se assim do pico atingido em 2007²⁰. A “lista dos ricos” publicada pelo jornal “Sunday Independent” em 2010 demonstrou que, apesar da recessão e do agravamento da situação financeira na Irlanda, as 300 pessoas mais ricas do país valem perto de 50 biliões de euros.²¹

Antes da recessão, a Irlanda tinha a segunda melhor posição de riqueza per capita entre os países da OCDE, superada apenas pelo Japão, de acordo com um relatório publicado pelo Banco da Irlanda em 2007. Segundo este relatório, em 2006 na Irlanda havia uma relação de riqueza de 168.000 euros per capita, sendo que no ano seguinte atingiu os 196.000 euros per capita. Para além disso, a riqueza total excedia um trilhão e as poupanças pessoais de 10 biliões efetuadas em 2005 iriam duplicar durante os próximos dez anos. 30.000 Irlandeses eram milionários em termos de dinheiro; se incluirmos também o valor das casas, o número era ainda maior, 100.000. Nessa altura, havia 330 irlandeses com um valor líquido superior a 30 milhões de euros, 2,970 na

fatia entre os cinco a trinta milhões de euros e 29,700 com um valor líquido entre um e cinco milhões de euros, existindo ainda seis bilionários.²²

O mesmo estudo realçou as dimensões da desigualdade na distribuição da riqueza na Irlanda. O estudo demonstrou que 1% dos irlandeses mais ricos detinha 20% da riqueza, 2% controlavam 30% e 5% possuíam 40% dos ativos privados. Se excluirmos a habitação, a concentração da riqueza fica ainda maior: 1% controla 34% de toda a riqueza.

Apesar de existir um forte enfoque mediático na ascensão de uma elite extremamente rica na Irlanda, há poucos estudos sobre as desigualdades de riqueza. Segundo os dados estatísticos da OCDE lançados em 2010, em 2008 na Irlanda o rendimento nacional bruto (RNB) encontrava-se numa relação de 25.904 euros per capita. Um relatório da Tasc, um think tank independente que se debruça sobre a questão da desigualdade económica, colocou a Irlanda no topo da lista da Europa dos quinze no que se refere à desigualdade salarial, em 2006²³. Como parte deste estudo, lançou-se um inquérito que averiguou que mais de dois terços (70%) dos inquiridos achava que a riqueza estava distribuída de forma injusta na Irlanda. Os dados da OCDE apoiam esta análise, citando que a distribuição da riqueza na Irlanda está entre as mais desiguais do mundo desenvolvido. Infelizmente, o estudo da distribuição da riqueza na Irlanda apresenta dados muito limitados.

O coeficiente de Gini revela que, a nível de desigualdade de rendimento, em 2008 os 20% mais ricos tinham rendimentos 4,4% mais altos do que os 20% mais pobres. Estes números estão ligeiramente abaixo da média europeia²⁴ (para uma explicação do coeficiente de Gini, ver páginas 20 e 21).

19. Fonte: Mary Murphy e Peadar Kirby, “An Alternative Ireland is Possible: The Challenge of voicing an alternative vision for Ireland”, 2008.

20. Merrill Lynch Global Wealth Management e Capgemini, “14th annual World Wealth Report”, publicado em junho de 2010.

21. www.independent.ie/national-news/number-of-irish-millionaires-soars-2230552.html

22. Banco da Irlanda, Riqueza da Nação 2007.

23. TASC, 2008. “The Solidarity Factor -Public Perceptions of Unequal Ireland.”

24. Central Statistics Office, 2009. “Survey of Income and Living Conditions 2009”. Dublin.



Qual é o impacto da crise?

O impacto inicial da crise no Reino Unido parece ter afetado até os mais abastados. A lista dos “mais ricos” publicada em 2009 pelo “Sunday Times” destacou que, coletivamente, os mais ricos tinham perdido 155 bilhões de libras. Mas esta queda foi de curta duração e em abril de 2010, os mil cidadãos mais ricos, coletivamente, aumentaram as suas fortunas em 30%, o maior aumento em vinte e dois anos, enquanto o resto da população começava a sofrer o impacto das medidas de austeridade. Isto traduz-se num aumento de 335.5 bilhões de libras para 77.265 bilhões de libras. A fortuna do homem mais rico residente no Reino Unido em 2010, o magnata de aço Lakshmi Mittal, era estimada em 22.45 bilhões de libras.

Desigualdade e riqueza no Reino Unido

De acordo com o relatório de 2008 do Instituto de Estudos Fiscais, o maior fator para o crescimento da desigualdade de rendimento no Reino Unido foi a ascensão rápida dos rendimentos dos 10% mais ricos. De acordo com o Instituto, a desigualdade cresceu desde os anos oitenta, sendo que o coeficiente de Gini subiu de 0,25 para 0,34 durante os anos noventa. O coeficiente desceu em meados da década de 90, mas desde 2007 retomou a sua ascensão. O número em 2008 foi de 0,36 – o coeficiente mais alto desde 1961.

Quem são os ricos no Reino Unido? O estudo revela que, em 2008, o grupo dos 0,1% indivíduos mais ricos entre os cidadãos era composto por:

- 90% indivíduos do sexo masculino
- 80% pessoas de meia-idade
- 70% residentes de Londres e do Sudeste
- 60% trabalhavam nos setores das finanças, património, contabilidade e direito²⁵

A distribuição da riqueza a nível global

Os 2% mais ricos entre os adultos possuem mais de metade da riqueza global dos agregados familiares.

O 1% mais rico detém 40% dos ativos globais.

Os 10% mais ricos possuem mais de 85% da riqueza global dos agregados familiares.

Os 50% mais pobres só têm acesso a 1% da riqueza global.

A riqueza encontra-se fortemente concentrada na América do Norte, na Europa e nos países da Ásia com rendimentos mais altos. As populações destes países, no seu conjunto, detêm quase 90% da riqueza global total.

Fonte: Instituto Mundial de Investigação em Desenvolvimento Económico para a Universidade das Nações Unidas, 2006.

25. IFS – 2004/5 Tax Returns: www.ifs.org.uk/publications/5200. Os dados do IFS baseiam-se na Survey of Personal Incomes (SPI), uma amostra de impostos realizada anualmente pelo HMRC, com uma amostra de 550,000. Por razões comparativas, o estudo abrange a Inglaterra, a Escócia e o País de Gales, mas não a Irlanda do Norte.

AS DESIGUALDADES CRESCENTES E A POLARIZAÇÃO SOCIAL

***“Dos linajes solos hay en el mundo,
como decía una abuela mía,
que son el tener y el no tener”.***

(“Só há duas linhagens no mundo,
como dizia a minha avó,
que são o ter e o não ter”.)

Sancho Pança a D. Quixote, in: “D. Quixote de la Mancha”, de Miguel de Cervantes Saavedra

O que é a polarização social?

O conceito de polarização social foi introduzido pelo sociólogo britânico Peter Townsend, para chamar a atenção para o que define como “o problema fundamental do mundo” – o facto de que “a riqueza e a pobreza estão a ficar cada vez mais polarizadas”²⁶.

O conceito de polarização social serve para ajudar na análise das desigualdades, não só na UE e nos EUA mas também nos chamados países em vias de desenvolvimento.

Townsend propõe que se associe o conceito de pobreza e exclusão social com o de polarização social porque a pobreza e a exclusão social “só chamam a atenção para uma fatia da população”²⁷.

O conceito de polarização social permitiu a Townsend desviar alguma da atenção consagrada a debates sobre a existência da designada “nova classe desfavorecida” para o emergir daquilo a que Townsend já se tinha anteriormente referido como uma “classe favorecida”, a pequena elite dos super-ricos.

26. Townsend, Peter, “Poverty, Social Exclusion and Social Polarisation: The Need to Construct an International Welfare State”, in: Townsend, Peter e Gordon, David (eds.), “World Poverty: New Policies to Defeat an Old Enemy”, Bristol: The Policy Press, 2002, pág.3–24, pág.3.

27. Ibidem, pág.7.

O crescimento das desigualdades

O fosso entre ricos e pobres, bem como entre os países ricos e os países pobres, tem crescido com o aumento das grandes fortunas. Um estudo recente da OCDE, publicado em Outubro de 2008, mostra que ao longo das últimas duas décadas, o fosso entre ricos e pobres tem crescido em mais de três quartos dos países da OCDE.

O estudo também confirma que o fosso entre os trabalhadores mais bem pagos e os menos bem pagos tem crescido, que a distribuição dos rendimentos derivados de capital e de trabalho por conta própria têm-se tornado ainda mais desiguais e que a riqueza é distribuída ainda mais desigualmente do que o rendimento.

Seguem-se alguns dos factos-chave:

- Em média, o rendimento dos 10% mais ricos em países da OCDE é nove vezes mais do que dos 10% mais pobres.
- Os pobres em países ricos não vivem necessariamente em melhores condições do que os seus equivalentes em países mais pobres. Os 10% mais pobres na Suécia detêm um rendimento 1,5 vezes superior aos 10% mais pobres nos EUA, apesar do rendimento médio ser mais alto nesse país.
- Muita da desigualdade deve-se ao mercado de trabalho, ao grande fosso entre os trabalhadores mais bem pagos e os menos

bem pagos, e às oscilações no desemprego.

- A mobilidade de rendimento é menor nas gerações em que a desigualdade é maior.
- O acesso aos serviços públicos aumenta a igualdade, sendo os efeitos mais importantes provenientes do acesso à educação, aos serviços de saúde e à habitação social. Em média, o efeito redistributivo dos serviços públicos é responsável por dois terços do efeito dos impostos e das prestações sociais.

Fonte: OCDE, "Growing Unequal: Income Distribution and Poverty in OECD Countries", 2008.

Existem ainda outros estudos e projecções que sugerem que, em geral, a riqueza encontra-se distribuída de forma ainda muito mais desigual do que o rendimento e que uma distribuição relativamente igualitária do rendimento não corresponde a uma distribuição relativamente igualitária da riqueza.

Os impostos sobre a riqueza, as instituições políticas e as diferenças culturais desempenham um papel crucial.

Reino Unido (2000): Coeficiente de Gini para o rendimento, 0.32 – Coeficiente de Gini para a riqueza, 0.66

Suécia (2002): Coeficiente de Gini para o rendimento, 0.23 – Coeficiente de Gini para a riqueza, 0.89

Fonte: OCDE (2008), pág. 51 e pág. 263.

Hoje em dia, as desigualdades patentes na sociedade são normalmente calculadas através daquilo a que os profissionais da estatística se referem como o índice de Gini. O coeficiente de Gini²⁸ mede a desigualdade na distribuição do rendimento total de um país. Trata-se de uma fórmula técnica que identifica a relação cumulativa de franjas de população ordenadas de acordo com o seu nível de rendimento e a percentagem

cumulativa do total que recebem. Num hipotético caso de igualdade total (ou seja, se cada pessoa recebesse o mesmo rendimento), o coeficiente seria 0. Num cenário hipotético em que todo o rendimento de um país está nas mãos de uma pessoa, o coeficiente seria 1. Ou seja, quanto mais alto for o coeficiente, mais desigualdade existe na distribuição do rendimento num país. Entre os países atualmente avaliados por este sistema, a

28. Para ler mais sobre o coeficiente de Gini, ver Wikipédia (http://pt.wikipedia.org/wiki/Coeficiente_de_Gini) e o boletim informativo EAPN sobre a pobreza (http://www.eapn.eu/index.php?option=com_content&view=article&id=998%3A)

desigualdade é menor na Dinamarca (0,247), e maior na Namíbia (0,743). Nos Estados Unidos, o coeficiente cresceu de 0,34 nos anos 80 para 0,38 a meados da década passada; na Alemanha, subiu de 0,26 para 0,3. O único país de grandes dimensões em que se assinalou uma queda significativa é o Brasil (de 0,59 para 0,55).

Este sistema, no entanto, tem sido criticado porque o questionário dos agregados familiares que serve como base para os seus cálculos não inclui os agregados familiares mais abastados. De notar também que este questionário não abrange ativos privados que tenham sido transferidos para fundações. Por exemplo, incluindo estes ativos, e fazendo uma estimativa bastante conservadora sobre a dimensão dos mesmos, o coeficiente de Gini da Áustria subiria de 0,65 para 0,75.

Também faz falta um debate público sobre qual seria o nível “certo” de (des)igualdade. Não será surpreendente que aqui as opiniões difiram, bem como as bases filosóficas e ideológicas e os pontos de vista específicos sobre igualdade.

Existe uma falta de consenso sobre como explicar o fosso crescente entre ricos e pobres, bem como sobre que soluções que poderão ser apresentadas para o problema. O relatório da OCDE atribui as crescentes desigualdades principalmente a mudanças na estrutura da população e do mercado de trabalho durante os últimos vinte anos (ou seja, as tendências no setor do emprego e as crescentes taxas de desemprego). Perante isto, apresenta como principais soluções o aumento do investimento na educação e em políticas ativas de emprego em vez da proposta de um sistema mais abrangente que incluiria mecanismos de redistribuição dos impostos, sistemas de proteção social e serviços públicos.



A desigualdade no mundo

Até agora, os estudos sobre as desigualdades económicas à escala mundial têm colocado o seu enfoque nas diferenças de rendimento e de consumo. Estes estudos revelam grandes disparidades no nível de vida, mas parecem indicar que não tem havido um evidente aumento da desigualdade de rendimento a nível mundial – isto maioritariamente porque têm em conta o aumento do rendimento em países como a China e a Índia. Mas se excluirmos estes dois países, a desigualdade de rendimento tem aumentado a nível global.

Segundo estudos do economista do Banco Mundial, Branco Milanovic, 2,7 biliões de pessoas em situação de pobreza têm de partilhar o mesmo rendimento que 50.000 pessoas ricas. Entre 1988 e 1993, os 5% mais pobres a nível mundial perderam 25% do seu rendimento real, enquanto que os 5% mais ricos ganharam 12%. Se tivermos em conta a distribuição desigual da riqueza a nível mundial, a situação torna-se ainda mais dramática.

Nos países privados de uma rede de segurança social, a riqueza dos agregados familiares torna-se comparativamente mais importante para assegurar a segurança e as oportunidades. Possibilita, a longo prazo, o

aumento do consumo; protege os agregados familiares de situações de risco e financia atividades de empreendedorismo. No entanto, os estudos sobre a distribuição da riqueza comprovam que esta continua, e vai continuar, a faltar mais nas áreas em que é mais necessária.²⁹

Uma desigualdade de género a nível mundial

Os dados disponíveis sobre as diferenças de riqueza e rendimento entre homens e mulheres indicam que, a nível global, existe uma desigualdade de género.

Já na década de 80, a ONU alertou para o facto de mais de metade da população mundial serem mulheres – e que esta percentagem corresponde a dois terços de todo o trabalho, recebe um décimo do rendimento e detém menos de uma centésima da propriedade.

O facto destes números continuarem a ser citados, e de que nem a ONU sentiu a necessidade de os atualizar, tem de ser visto como uma evidência de que, dos anos 80 até agora, pouco tem mudado no que toca às mulheres terem acesso a uma parte igual da riqueza mundial.

O forte impacto da desigualdade

Se compararmos um grande número de estudos sobre as desigualdades de rendimento, torna-se claro que nas sociedades em que existem maiores diferenças de rendimento os problemas agravam-se e multiplicam-se, nomeadamente ao nível da saúde³⁰, física e mental, da toxicod dependência, crime e detenções.

Richard Wilkinson e Kate Pickett, autores do livro “The Spirit Level”, que compila dados sobre os fortes impactos da desigualdade, acreditam que estamos num ponto de viragem na história da humanidade. Muitos dos chamados países desenvolvidos chegaram ao limite daquilo que o crescimento económico pode fazer pela sociedade. As taxas de felicidade e bem-estar já não se encontram a subir; muito pelo contrário – são as taxas de depressão e ansiedade que têm crescido nesses países durante os últimos cinquenta anos. Os resultados de estudos sobre a desigualdade nos cinquenta países mais ricos do mundo sugerem que devemos desviar os nossos esforços do trabalho em prol do aumento quantitativo do crescimento e da riqueza material, e canaliza-los para o ambiente social e o aumento da qualidade das relações sociais nas nossas sociedades.

Um aumento da riqueza não terá grande efeito sobre a prevalência de problemas sociais e de saúde nos países comparativamente ricos – mas um aumento da igualdade terá. As sociedades em que existe uma menor diferença de rendimento entre os ricos e os pobres tendem a ser mais

29. Fontes: James B. Davies et al: “The World Distribution of Household Wealth”, UNU-WIDER Discussion Paper No. 2008/03; Branco Milanovic, “Worlds Apart: Measuring International and Global Inequality”, Princeton 2007.

30. Ver Richard Wilkinson e Kate Pickett, “The Spirit Level: Why more equal societies almost always do better”, Londres: Penguin 2009. comparable data on wealth distribution.



coesas: existe uma vida comunitária mais forte, os níveis de confiança são mais altos e há menos violência. A grande maioria da população parece beneficiar de uma distribuição mais igualitária do rendimento. E não temos razões para acreditar que o mesmo não seja verdade de uma distribuição menos desigual da riqueza²⁹.

A influência das pessoas com um nível de riqueza elevado

Townsend e outros já fizeram notar que a **concentração da riqueza** anda, normalmente, de mãos dadas com a **concentração do poder**.

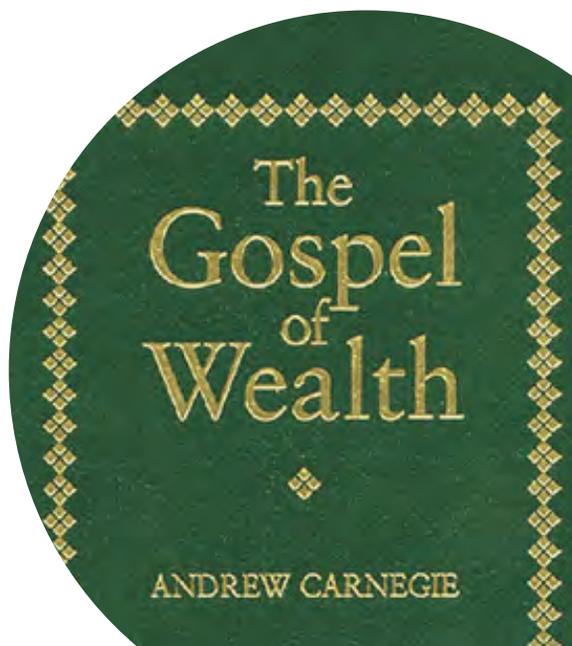
Apesar de muitos bancos e grandes empresas terem experienciado dificuldades durante a atual crise, acumulam-se as provas de que um número reduzido de indivíduos e de empresas internacionais estão a exercer uma influência cada vez maior sobre a política económica, bem como sobre a política em geral. Os ricos encontram-se na posição de poderem influenciar os principais conceitos e valores sociais. Conceitos cruciais como a liberdade e a segurança são definidos de acordo com as suas necessidades. A liberdade, por exemplo, vai sendo definida progressivamente mais como significando somente de liberdade económica; conceitos como a solidariedade e a responsabilidade vão sendo encarados menos como deveres de uma sociedade e empurrados para uma dimensão puramente pessoal, individual. Ao mesmo tempo, a segurança vai sendo vista, essencialmente, no contexto da necessidade de assegurar bens e propriedades.

Quanto mais a responsabilidade dos governos se desvia das pessoas em situação de pobreza em benefício das necessidades dos ricos, mais reduzidos são os orçamentos para a despesa no setor público (incluindo os serviços sociais e as infraestruturas).

Esta tendência espelha-se tanto nas iniciativas de descrédito do Estado-Providência e de sistemas fiscais baseados na solidariedade, associadas a uma individualização do risco, como na crescente liberalização e privatização dos serviços públicos. Isto reflete como os princípios da economia de mercado exercem uma influência crescente sobre todos os aspetos da sociedade, incluindo as famílias, o setor social e o próprio Estado.

A crise atual demonstrou que a responsabilização daqueles que, tendo acumulado riqueza, controlam hoje uma fatia desproporcional da riqueza do mundo, continua a ser extremamente limitada.

31. Wilkinson e Pickett dedicam-se exclusivamente às desigualdades de rendimento dada a situação atual dos dados disponíveis: existem dados completos acerca dos efeitos da desigualdade de rendimento, mas não sobre os efeitos da distribuição da riqueza.



Bem-vindos ao “Riquistão”

Há alguns anos, durante uma exibição de iates na Florida, Robert Frank, editor do “The Wall Street Journal”, teve uma conversa com um texano dono de um iate. Este, ao olhar para as centenas de barcos gigantescos que se encontravam na marinha, disse sentir-se como se estivesse “noutro país”. Esta declaração impressionou Frank, que começou a notar que os ricos não só estavam a tornar-se mais ricos, mas que também começavam a construir o seu próprio país virtual, “um mundo independente, com o seu próprio sistema de saúde (médicos privados ao domicílio), de viagens (jatos privados, clubes que dão acesso a casas pelo mundo fora), e até uma linguagem própria (“quem é o teu gestor doméstico?”). Uma república rebelde, denominada por Frank de “Riquistão”, que se dedicou a descrevê-la neste livro que nos dá uma imagem de pessoas que vivem num universo financeiro diferente, consumindo desenfreadamente e, ao contrário de muitos agregados familiares

com baixo rendimento, isto sem terem que se preocupar com pagamentos de seguros ou despesas de educação. O livro revela também que, para além da crescente acumulação de ativos pelos super-ricos a nível mundial, a sede de riqueza está a mudar a nossa cultura e a face da nossa sociedade. Ou, nas palavras de Frank: “o Riquistão está a controlar a nossa economia, a nossa cultura e os nossos hábitos de compra.”

-Robert Frank, *Richistan, Nova Iorque: Random House, 2007*, publicado em Portugal sob o título *Riquistão: Uma Viagem pela Vida dos Novos-Ricos* pela editora Gestão Plus em 2010.

Frank continua a escrever sobre a vida dos ricos e como estes estão a sobreviver à crise, no seu blogue: <http://blogs.wsj.com/wealth/>

UMA MELHOR DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS

“Reicher Mann und armer Mann standen da und sahn sich an. Und der Arme sagte bleich: wär ich nicht arm, wärst du nicht reich”.

Bertolt Brecht

Considerações éticas

A ética é a arte de refletir sobre o que significa uma vida digna, e o que deve ou não ser feito, de forma a garantir que todos os membros de um agregado familiar, de um local, região, país, do planeta, tenham acesso a uma vida digna.

Assim, uma perspectiva ética sobre a riqueza implica avaliar até que ponto a riqueza e as atuais formas de criação e distribuição de riqueza garantem, ou impedem, uma vida digna para todos. Isto pressupõe um debate sobre o que se entende por vida digna e do que as pessoas devem fazer para organizar as suas vidas e a sua sociedade da melhor forma possível, respeitando a diversidade e igualdade de todos.

(“Homem rico e homem pobre Estavam ali e olhavam-se E o pobre disse: Se eu não fosse pobre, tu não eras rico.”)

Se analisarmos conceitos filosóficos, estudos sociológicos, análises dos direitos humanos, documentos sobre a política internacional, bem como as opiniões e experiências das pessoas, transmitidas através da literatura ou de testemunhos pessoais, podemos afirmar que existe algum consenso acerca dos elementos essenciais que caracterizam uma vida digna, se bem que surgem muitas divergências quando se começa a falar dos detalhes.

A especialista em ética Martha Nussbaum listou estes elementos essenciais na sua versão de uma abordagem de capacidade avançada, juntando assim um conjunto de indicadores que poderão também ser utilizados para medir os efeitos positivos e negativos da riqueza, bem como o seu impacto sobre o bem-estar e sobre a desigualdade.



A abordagem das capacidades (Martha Nussbaum)

A filósofa americana Martha Nussbaum desenvolveu um conjunto de indicadores para avaliar até que ponto uma vida digna para todos os membros de uma sociedade é um cenário viável. Este estudo foi feito com base no trabalho do economista indiano Amartya Sen, bem como nas experiências de pessoas “pobres” na Índia e noutros lugares, tendo sido desenvolvido após algumas colaborações com outros académicos na Universidade da ONU em Helsínquia. A sua abordagem tenta reforçar o conceito de capacidades introduzido por Sen, que por sua vez se baseia na tese avançada por Aristóteles, segundo a qual a qualidade de um estado pode ser avaliada em função da sua capacidade de garantir que os seus cidadãos tenham a possibilidade de escolher uma vida digna e atos benéficos, com base nos recursos naturais e materiais da comunidade. Para avaliar até que ponto um estado está em conformidade com estes princípios, é necessário primeiro desenvolver um claro entendimento dos elementos que constituem uma vida digna. Não se trata apenas de uma distribuição mais socialmente justa do dinheiro, das propriedades, das oportunidades e dos papéis dentro de uma sociedade. A questão essencial desta abordagem não é “que recursos é que as pessoas têm?” ou “o nível de satisfação das pessoas?”, mas sim “o que é que as pessoas podem ser e fazer?”

Na sua tentativa de encontrar uma resposta completa para esta questão, Nussbaum criou uma lista de funções e capacidades que podem ser aplicadas tanto à avaliação da vida pessoal como ao planeamento político:

- *Vida (para ser vivida até ao seu fim “natural”)*
- *Saúde física (incluindo habitação, alimentação e saúde reprodutiva)*

- *Integridade física (liberdade de movimento, ausência de assédio sexual ou violência)*
- *Sentidos, imaginação, pensamentos (para serem treinados e expressos através da educação, da arte, da religião)*
- *Emoções (afeições a pessoas e objetos, a capacidade de gostar e de amar, de sentir o luto, de sentir e exprimir gratidão, desejo e raiva)*
- *Raciocínio prático (ter uma ideia/um conceito do que é uma vida digna; a capacidade de refletir sobre o próprio percurso de vida)*
- *Relações (com seres humanos, outras espécies e com o meio-ambiente)*
- *A capacidade de diversão (a capacidade de rir e de desfrutar de atividades relaxantes)*
- *Controlo sobre o seu próprio ambiente (através da participação política, da capacidade de possuir propriedade, e do direito a um emprego de qualidade)*

Segundo Nussbaum, esta lista deve ser encarada como um sistema de “pluralidade irreductível”, ou seja, se um dos elementos estiver em falta isto não poderá ser compensado criando uma maior quantidade de outro elemento. “Todos têm uma importância fulcral, e todos têm qualidades únicas”.

Nesta perspetiva, uma vida digna implica não só saúde e integridade física mas também ideias, criatividade, diversão, a capacidade de expressar sentimentos, de manter boas relações, de sentir pertença e de participar no desenvolvimento do seu próprio contexto de vida.

Fonte: Martha C. Nussbaum, “Women and Human Development. The Capabilities Approach”, Cambridge University Press, 2000.



A justificação das desigualdades

Normalmente, quando existe a necessidade de legitimar as grandes diferenças de rendimento e riqueza, surgem várias explicações: as desigualdades de rendimento são normalmente justificadas recorrendo às noções de maior esforço e maior responsabilidade. No entanto, é difícil explicar e ainda mais difícil compreender porque é que um banqueiro deve receber cem ou até mil vezes o salário de um empregado de limpeza a trabalhar no mesmo banco, ou de uma enfermeira que está a tratar de um parente doente do banqueiro – principalmente se o banqueiro está a colocar em risco o dinheiro de muitos investidores.

Entre as justificações populares para a acumulação de riqueza está a ideia de que os ativos existentes derivam do sucesso de poupanças prévias ou de outras atividades empresariais.

Mas só quem dispõe de rendimento excedentário suficiente pode poupar e o número de pequenos empresários que conseguem transformar os seus negócios em empresas de milhões ou biliões é extremamente reduzido.

Uma teoria da justiça (John Rawls)

O filósofo americano John Rawls coloca em questão a ideia económica, bastante popular, de que as desigualdades são não só legítimas mas também desejáveis, uma vez que contribuem para a riqueza das nações. Segundo Rawls, esta ideia só se aplica se as condições dos “pobres e carenciados” forem efetivamente melhoradas. Um crescimento geral da riqueza de uma sociedade não é o suficiente.

Na sua famosa obra “A Theory of Justice” (“Uma Teoria da Justiça”), publicada no início dos anos 70, Rawls introduziu o conceito de justiça distributiva, posteriormente reorganizado e clarificado em “Justice as Fairness: a Restatement”, 2001 (“Justiça como Equidade: Uma Reformulação”).

A argumentação utilizada por Rawls, que é ainda hoje influente (apesar de ser frequentemente distorcida), principalmente quando os responsáveis políticos falam de “igualdade de oportunidades”, sustenta que todos os membros de uma sociedade devem ter um acesso garantido a um conjunto de bens essenciais, incluindo liberdades, oportunidades e respeito. As desigualdades sociais e económica são aceitáveis só quando estão organizadas de forma a servirem “o interesse superior dos membros mais desfavorecidos de uma sociedade, e se as funções e as posições estiverem abertas a todos, num regime justo de igualdade de oportunidades”.

A teoria de Rawls tem criado polémica, e especialistas em ética como Marta Nussbaum classificam-na como “fraca”, por exibir uma definição minimalista do bem comum. A teoria ignora a influência das origens sociais e não define quais são as capacidades necessárias para escolher livremente entre as oportunidades disponíveis, e fazer o melhor uso das mesmas.

PARTILHANDO A RIQUEZA DO MUNDO: COMO AVANÇAR?

“A terra pode oferecer o suficiente para satisfazer a necessidade de todos os homens, mas não para satisfazer a ganância de todos os homens.”

Mahatma Gandhi.

É necessário uma nova visão, economia e política social

Já no século XVIII, a teoria económica clássica de Adam Smith definia os seres humanos como seres com um impulso inerente de maximização do lucro. Assim, Smith elevou a ganância, previamente encarada como um pecado, ao estatuto de principal força motora da economia. Desde então, o desejo e o crescimento infinito integram valores centrais não só da economia capitalista mas também da sociedade em geral.

Para podermos ganhar uma nova perspetiva acerca da riqueza – e, por consequente, uma forma nova e mais justa de a distribuir – é necessário primeiro questionarmos algumas das bases principais da economia.

Historicamente, a economia foi sempre vista como um mecanismo de distribuição de bens escassos. Mas hoje em dia, pelo menos nos países industrializados, esta escassez já não existe – muito pelo contrário. Os países industrializados estão a desenvolver sociedades de afluência, o que indica claramente que a pobreza poderia ser erradicada se houvesse a vontade política para redistribuir a riqueza.

Importa portanto realçar que a riqueza de uma sociedade pode ser vista, e deve ser distribuída, de uma forma diferente. Se o que conta é que todos os membros de uma sociedade tenham acesso a uma vida digna, então uma sociedade rica seria aquela em que todos têm acesso a um rendimento mínimo adequado, em que existem bens e serviços sociais acessíveis (educação, saúde, transportes públicos, creches, centros de aconselhamento, etc.) e em que o risco é partilhado. Mesmo se colocarmos o enfoque na eficiência económica, é evidente que os países com um sistema de segurança social altamente desenvolvido se encontram entre as economias mais eficazes do mundo.

A riqueza oferece uma multiplicidade de possibilidades

Não se deve restringir o termo “riqueza” a ativos e à propriedade; a riqueza de uma sociedade também pode ser avaliada de acordo com os seus bens e serviços públicos. O mesmo vale para os indivíduos – a sua riqueza define-se não só pelas suas posses, mas muito mais pelo que têm e pelo que podem fazer (ver acima). Mas a qualidade de vida individual depende em grande escala do desenvolvimento de sociedades mais igualitárias, que colocam ao dispor



dos seus membros o acesso completo a bens e serviços públicos de qualidade que lhes permitam usar as suas capacidades de forma a terem uma vida melhor para si próprios e para a sua comunidade.

Se aceitarmos esta argumentação, não significa, forçosamente, que a riqueza deva ser demonizada.

Muito pelo contrário: poder-se-á explorar finalmente o potencial inerente à riqueza e às suas “múltiplas possibilidades”.

Vários métodos poderão ser aplicados para aproveitar estas possibilidades e ajudar à redistribuição: a filantropia e a caridade, impostos sobre a riqueza e o rendimento e segurança social (incluindo um rendimento mínimo garantido e o investimento em infraestrutura social de qualidade.)

A **filantropia** parece ser o método mais popular entre os ricos.

Segundo o jornal “The Economist”, em 2005 as dez maiores fundações detinham mais de 150 biliões de dólares americanos. Só a fundação de Bill Gates e Warren Buffet detém 60 biliões de dólares americanos. Parece evidente que o trabalho filantrópico praticado por algumas pessoas ricas dá-lhes um certo sentido para a sua vida, ajuda-as a justificar a sua riqueza e, como realçou a investigadora belga Francine Mestrum, proporciona-lhes mais poder e estatuto social, permitindo que gastem biliões sem qualquer fiscalização democrática.

Só um número reduzido de pessoas ricas apoia a criação de **impostos elevados sobre o rendimento e a riqueza**. Entre estes conta-se o magnata austríaco Hanspeter Haselsteiner, que tem vindo a apoiar publicamente uma maior taxação da riqueza, considerando isto um preço razoável a pagar pela vida numa sociedade socialmente coesa, em que os ricos não têm que esconder em comunidades fechadas.

Mas, apesar – ou talvez por causa – do seu alto efeito distributivo, a popularidade dos impostos sobre a riqueza e o rendimento tem descido constantemente durante as últimas décadas, sendo que estes têm vindo a ser cada vez mais substituídos por impostos indiretos e taxas fixas, colocando assim um peso desproporcional sobre os grupos com pouco rendimento.

A **promoção da segurança social e da proteção social** tem sido cada vez mais reconhecida como uma necessidade económica; até instituições como o Banco Mundial realçam a sua importância. Mas a função da segurança social é muitas vezes restringida ao combate à pobreza, sem ter em conta como um sistema de segurança e proteção social universal poderia também contribuir para a redução das desigualdades, assegurando uma distribuição mais justa da riqueza.

É necessário uma abordagem global

No seu livro "World Poverty", os investigadores britânicos Peter Townsend e David Gordon apelam à criação de um Estado Providência Internacional, tendo compilado também uma lista de medidas a serem tomadas a nível internacional para acabar com a pobreza no mundo. Para além de algumas medidas anti-pobreza e de infraestruturas sociais, tais como a introdução de rendimentos mínimos adequados a nível mundial, prestações para filhos em todos os países, habitações sociais para os 10% mais pobres e a adoção de um limiar de pobreza internacional, o manifesto também inclui uma série de medidas cujo propósito é criar uma melhor distribuição da riqueza:

- *A introdução, por todos os governos, de um limite superior em matéria de igualdade de rendimento (por exemplo, um coeficiente de Gini de 0,4);*
- *O compromisso, por parte dos governos do Norte, em substituir o atual 0,7% do PIB de ajuda ao desenvolvimento por uma nova meta de 1%;*
- *Uma nova lei empresarial internacional e um novo plano de fundo para o comércio justo;*
- *A reconstituição de agências de finanças internacionais;*
- *A introdução de um imposto internacional sobre as transações financeiras, administrado por uma ONU mais democratizada e que possa servir para subvencionar a criação das prestações para crianças nos países em vias de desenvolvimento;*



propõe a introdução de impostos universais e a construção de sistemas de proteção social universais que vão para além de combater a pobreza absoluta. A este nível, a nova tendência para o desenvolvimento da assistência com apoio orçamental é vista como um passo na direção certa, mas não é o suficiente. Teriam que ser introduzidos também sistemas internacionais de monitorização da fuga de capitais e do tráfico de armas, bem como um maior nível de transparência no que diz respeito à movimentação dos capitais, para desta forma se chegar a uma nova direção de desenvolvimento e do fornecimento justo de bens públicos a uma escala universal.

Especialistas da riqueza, tal como o economista austríaco Martin Schürz, notam que a justiça é sempre uma questão relacional e que, como tal, a informação sobre relações de riqueza injustas é mais importante do que os dados sobre a riqueza em si. Schürz sugere que seria proveitoso desenvolver indicadores que abrangem toda a variedade da distribuição de rendimento e riqueza, e que tenham em conta tanto a prosperidade como a pobreza. Para além disso, apela aos economistas para que estes se atrevam a analisar e a levantar questões sobre a desigualdade e a injustiça, ao invés de se restringirem à procura infundável de dados. Se isto não acontecer, a única consequência de um aumento de relatórios sobre a riqueza e a pobreza será um aumento na qualidade de documentação do fenómeno e não uma mudança da situação em si.

Outra iniciativa que implica a criação de um projeto de providência universal denominado World Public Finances, discutida no Fórum Social Mundial, que

O que é necessário fazer?

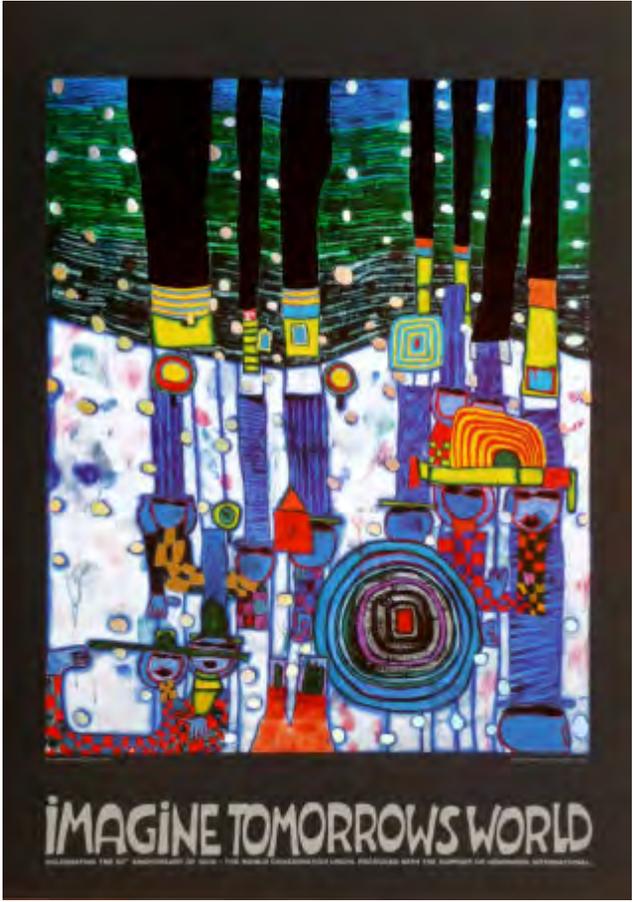
Baseando-nos nos dados, nas discussões e nos conceitos anteriormente referidos, compilámos uma lista de passos imediatos que poderão ajudar a avançar no sentido de garantir uma vida digna para todos:

- **Sensibilizar para o significado da riqueza**, e explicar a interdependência entre pobreza, desigualdade e criação de riqueza, bem como dos custos sociais e económicos da riqueza;
- **Investir em estudos sobre a riqueza, bem como numa melhor monitorização e medição** desenvolvendo indicadores fiáveis e dados comparáveis sobre a riqueza, o rendimento e a pobreza, baseados em indicadores e dados existentes. Investir nos estudos sobre a riqueza, bem como sobre a pobreza, e incluir dados e indicadores nos mecanismos de monitorização internacionais e europeus;
- **Colocar um maior enfoque nos estudos sobre a mobilidade da riqueza** a riqueza tende a manter-se através das gerações (os ricos continuam ricos – os pobres continuam pobres), o que prejudica a igualdade de oportunidades;
- **Desenvolver novos indicadores de progresso social e económico; estabelecer um consenso em torno dos mesmos** que devem ter em conta os elementos-chave de uma vida digna para todos, e da concretização das capacidades de todos, através de novos indicadores que vão para além do PIB;
- **Colocar um maior enfoque nos conceitos de polarização social e produção de pobreza** a fim de transferir as atenções das assim-chamadas “novas classes desfavorecidas” de pessoas a viver em pobreza extrema e para aquilo que Townsend define como uma “nova classe favorecida”, bem como para colocar em questão o modelo económico neoliberal dominante, que apoia e promove esta divisão cada vez mais extrema;
- **Desenvolver mais estudos sobre a eficácia dos diferentes mecanismos de distribuição e redistribuição** incluindo estudos sobre os custos e benefícios socioeconómicos de diferentes regimes fiscais e dos diferentes orçamentos públicos com prioridades diversas no que toca à despesa, de forma a promover uma distribuição mais justa da riqueza e das capacidades;
- **Promover um debate público mais abrangente sobre que tipo de sociedade queremos.** Debater sobre o que consiste uma “vida digna” para todos; definir quais os direitos e quais as responsabilidades dos governos. Só assim poderemos chegar a um entendimento;
- **Construir uma campanha em prol de um projeto de Providência e Bem Estar a nível internacional** exercendo pressão sobre os mecanismos internacionais de modo a que seja assegurada uma distribuição justa da riqueza e do rendimento, bem como financiamento adequado para construir infraestruturas sociais e económicas eficazes que possam garantir uma vida melhor para todos;



BIBLIOGRAFIA E OUTRAS INFORMAÇÕES

- *Davies, James e Shorrocks, Anthony (2000): "The Distribution of Wealth", in: Atkinson, Anthony B./Bourguignon, Francois (Hg.), "Handbook of Income Distribution, Volume 1", Amsterdam: Elsevier, pág. 605–675.*
- *Mestrum, Francine, "World Public Finances and Global Income Inequality", disponível em: www.choike.org/documentos/Inequality.pdf*
- *Milanovic, Branko (2010), "The Haves and the Have-Nots: A Brief and Idiosyncratic History of Global Inequality", Nova Iorque: Basic Books.*
- *OCDE (2008), "Growing Unequal, Income Distribution and Poverty in OECD Countries".*
- *Townsend, Peter (2002), "Poverty, Social Exclusion and Social Polarisation: The Need to Construct an International Welfare State", in: Townsend, Peter e Gordon, David (eds.), "World Poverty: New Policies to Defeat an Old Enemy", Bristol: The Policy Press, pág. 3–24.*
- *Schürz, Martin: "Ungleich in der Ungleichheit: Gedankensplitter zur ungerechtfertigten Ungleichheit", in: M. Rosecker ed. (2008) Gleichheit.*
- *Schürz, Martin: "Auf der Suche nach dem verschwiegenen Reichtum", in: "Intervention - Vol. 5" (2008), 1, pág. 63–78.*
- *Richard Wilkinson e Kate Pickett, "The Spirit Level: Why More Equal Societies Almost Always Do Better", Londres: Penguin, 2009.*





A Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN) é uma rede independente de organizações não-governamentais (ONGs) e de grupos envolvidos na luta contra a pobreza e a exclusão social nos Estados-Membros da União Europeia, estabelecida em 1990.

Este explicativo foi produzido por Michaela Moser, pelo Grupo de Trabalho sobre Inclusão Social da EAPN e por Sian Jones, do secretariado da EAPN. Este documento baseia-se em estudos sobre os temas da pobreza, da riqueza e das desigualdades sociais, publicados por vários investigadores. Poderá encontrar referências detalhadas a estas publicações nas notas de rodapé e na bibliografia. Os autores desejam expressar o seu agradecimento à EAPN Áustria, à EAPN Irlanda, à EAPN Alemanha e a Martin Schürz, pelos seus contributos. A edição do documento original data de Maio de 2011.

A presente versão portuguesa do documento foi traduzida pela EAPN Portugal em 2013 ao abrigo do Protocolo de Cooperação com o IEFP, IP.

Para mais informações sobre as atividades da EAPN Portugal e, especificamente, o seu protocolo com o IEFP, IP visite os respetivos websites: www.eapn.pt e www.eapn.pt/iefp/.

Traduzido para português por Daniel Reifferscheid, com revisão de Armandina Heleno.



**Instituto do Emprego
e Formação Profissional**